

O TEATRO E O LIVRO

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia
Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores Deputados
Exma. Senhora e Exmos. Senhores Membros do Governo

Ao falarmos de Manifestações Culturais, estamos necessariamente a falar de tudo aquilo que não é natural, ou seja, tudo aquilo que é construído pelo homem e do qual este tira uma mais valia. Uma Manifestação Cultural é tanto um cesto de vimes, como uma canção popular, uma variedade linguística, uma dança de carnaval, um concerto por uma filarmónica, um balho à antiga, uma peça de louça tradicional, a culinária, ou uma obra artística ou literária ou ainda uma peça de teatro que podem ter tanta importância patrimonial como uma igreja, um forte, um moinho de vento ou uma ruína do século XVI ou ainda, um edifício vanguardista do século XXI.

A Cultura só se pode manter por ela própria e para isso tem que ter agentes activos.

E é o gosto, o empenho e o espírito de sacrifício de muita e muita gente, açorianos ou não, que por estas 9 ilhas fazem com que, por um lado, a modernidade chegue também a estes 9 rochedos perdidos no meio do Atlântico Norte e que por outro, as nossas tradições, os nossos costumes, a nossa história se mantenham vivas até aos nossos dias.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo hoje elegemos o livro e o teatro como temas da nossa intervenção. Não é por acaso que o faremos. No passado dia 22 de Março comemorou-se o Dia do Teatro Amador e no dia 27 o Dia Mundial do Teatro, enquanto que nos dias 21 e 26 já se tinham comemorado o Dia Mundial da Poesia e o Dia do Livro Português, respectivamente. Em Abril, no passado dia 2 comemorou-se o Dia Internacional do Livro Infantil e no próximo dia 23 ir-se-á comemorar o Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor. Como podemos ver os meses de Março e Abril são meses dedicados ao teatro e muito particularmente ao livro.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo desde a independência de Portugal em 1143, desde que começou a história de Portugal como Nação e até aos nossos dias, sempre ocorreram acontecimentos, episódios ou surgiram personagens que suscitaram a criação de excelentes obras literárias, como romances, peças de teatro, poemas ou crónicas de viagens. Uma foram realmente escritas por quem os viveu, ou por quem procurou reconstruir para falar dos problemas do seu tempo. Outras foram mero produto da imaginação dos seus criadores, mera ficção. Mas, muitos dos romances baseados em situações vividas pelos seus autores tornam-se, com o passar dos anos, em romances emblemáticos do período histórico em que os seus autores viveram. Mas, se não houver leitores, os livros, a produção literária torna-se inócua e estéril. Deste modo, há que promover o gosto pela leitura, e esta promoção deverá ser feita desde o berço. Há que promover o gosto pelos livros nas crianças muito antes da idade escolar. Este gosto deve começar em casa, no seio familiar mas também, nas creches e jardins de infância. Existe uma quantidade de coisas que as crianças podem apreender manuseando os livros, olhando para as suas imagens, ouvindo e percebendo que existe uma história que está dividida em partes, com vários personagens que interagem entre si.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo os livros deverão ser sempre vistos como um meio de difusão da língua e da cultura. Mas, se a sua promoção, se a sua divulgação e distribuição não forem convenientemente efectuadas, se o seu verdadeiro destino, se os seus verdadeiros destinatários, que são os leitores, não forem atingidos, a sua função, a sua importância tornar-se-á nula.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo a produção literária nos Açores, sempre conheceu ao longo da nossa história um forte vigor.

As entidades públicas sempre acarinharam e incentivaram a produção literária dos nossos romancistas, poetas, ensaístas, etc.

O Decreto Legislativo Regional n.º 22/97/A de 4 de Novembro estabelece os apoios a conceder à edição de obras de cariz cultural, nomeadamente, ensaios e história, mas também a romances, novelas, colectâneas de contos, poesia e teatro.

Todavia, a divulgação, distribuição e comercialização da produção literária dos autores açorianos enfrenta grandes dificuldades para entrar não só no mercado dos Açores, mas também, e especialmente, no mercado livreiro do continente e das comunidades açorianas espalhadas pelo mundo.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata ciente deste problema que atinge os nossos autores, enviou ao Governo Regional um requerimento, a solicitar informação sobre quais as medidas e acções implementadas, concretizadas e desenvolvidas pelo Governo Regional no que concerne à divulgação/promoção e distribuição de obras editadas com o apoio do Governo Regional quer localmente, quer no continente português e nas nossas comunidades de imigrantes, assim como também, para conhecer as medidas e acções que o Governo Regional prevê criar e desenvolver para o corrente ano 2006, para a promoção e divulgação de obras editadas nos Açores, no continente português e nas nossas comunidades de imigrantes. Como ainda não obtivemos qualquer resposta, por parte do Governo, apesar do tempo legal previsto já ter expirado, gostaríamos de alertar o Governo para o facto de mais uma vez não cumprir com a sua obrigação de responder aos requerimentos dentro do prazo exigido e estipulado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo, outro ponto que gostaríamos de realçar com o fim de alertar o Governo para a uma rápida solução é a falta de capacidade de resposta das nossas bibliotecas públicas para solicitações de leitores que necessitam de serviços de leitura em suportes especiais, com é o caso dos cegos e dos amblíopes. Temos o caso por exemplo, da Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, que possui pouquíssimos livros em braille, número que está muito aquém das necessidades daqueles que deles realmente necessitam.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo muito há ainda para fazer para que os direitos destes cidadãos sejam garantidos e respeitados. Muito há ainda para fazer para que sejam garantidas condições de igualdade no acesso ao conhecimento. Não é só construir edifícios, não é só substituir dirigentes, é necessário também equipar condignamente as instituições, dar-lhes meios financeiros, materiais, humanos e técnicos para que possam cumprir com o seu verdadeiro papel, para que possam servir as populações para os fins para que foram realmente criadas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo como já referimos, nos dias 22 e 27 de Março comemorou-se o Dia do Teatro Amador e o Dia Mundial do Teatro, respectivamente. Um dos problemas que muito se tem debatido é o das relações do teatro com a literatura. A discussão tem tomado proporções extremas, desejando a literatura apoderar-se do teatro, desejando o teatro negar-se à literatura.

Apesar de se atribuir a Téspis, no século VI A. C., a paternidade desta fabulosa invenção, que é o teatro, que veio possibilitar a passagem da primeira forma lírica e narrativa, para uma tentativa de representação dramática, podemos dizer sem receios, que o gosto pelo teatro nasceu com o Homem. O teatro é uma arte complexa e autónoma que nasceu do rito, seja ele religioso, fúnebre, festivo, civil ou de guerra.

Nos Açores, o teatro e os grupos de teatro têm e sempre tiveram grande importância na nossa sociedade, principalmente nos meios rurais, constituindo uma das manifestações culturais mais antigas, mais ricas e com maior expressão nas nossas ilhas. Podemos dizer que o *nosso* Teatro Popular apresenta expressões estruturais inteiramente diversas, praticamente, de ilha para ilha.

Em S. Miguel temos a denominada *Comédia popular micaelense* que, e segundo o Professor Almeida Pavão, *estruturalmente é um Drama, que designaríamos, com mais propriedade, por Melodrama, no que concerne ao miolo da peça.*

Quanto ao teatro da Ilha Terceira, contido nas Danças de Entrudo, figura como um misto de pantomima e de representação, com acento predominante na sátira. Segundo Luís Ribeiro, *O teatro popular existiu também na Ilha do Pico, no lugar das Sete-Cidades, no Concelho da Madalena, integrado nas Festas do Espírito Santo, com o título de entremez, designativo dum género largamente conhecido desde as primeiras manifestações do teatro português mediévico. As personagens usavam máscaras e, a deduzir pelos títulos, tais espectáculos assemelhar-se-iam a comédias de carácter cómico e satírico. No que respeita aos bandos de S. Jorge, do Pico e do Faial, igualmente relacionados com as Festividades do Espírito Santo, parecem mais dirigir um apelo à população, para que esta nelas participe. E tal com nos diz o Professor Almeida Pavão *A sátira contida em algumas chacotas assume uma feição accidental e, tal como se verifica nas referidas Danças de Entrudo terceirenses, sofre uma ligeira aproximação com o que poderíamos considerar como prólogo das comédias de S. Miguel (Vilão).**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo se no teatro que presentemente se faz nos Açores, muitas das características do nosso Teatro Popular foram desaparecendo, se agora os *enredos* são outros, se agora os autores das peças na maior parte das vezes, são pessoas conhecidas do meio literário, são criativos de renome e já não os mais letrados da freguesia, se agora os actores são alfabetizados e já não necessitam de decorar os papéis ouvindo pacientemente ler o texto e repetindo-o, se agora os espectáculos realizam-

se, na sua grande maioria, em salas confortáveis e já não ao ar livre, em adros de igreja, em praça ou terreiro ou sobre um palco improvisado, o gosto pelo teatro nas nossas gentes não desapareceu, continua pujante. Neste momento, nos Açores existem cerca de 30 grupos de teatro. Hoje em dia o teatro continua a envolver centenas de pessoas – actores, técnicos e espectadores - mas também, hoje em dia o público está mais exigente, exigindo espectáculos de qualidade, o que obriga a que todos aqueles que estão envolvidos num espectáculo de teatro, sejam os encenadores, sejam os actores, sejam os responsáveis pela iluminação, pelos desenhos de luzes, guarda-roupas, etc , tenham de ter formação adequada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo como é do conhecimento de todos nós e tal com também reconheceu o Senhor Director Regional da Cultura recentemente, numa entrevista ao *Expresso das Nove*, uma das áreas culturais mais críticas (deficitárias..) nos Açores é o teatro. Existem grupos de teatro, em número razoável, tendo em conta a nossa pequenez, mas falta formação para actores e técnicos. Em 2005, o Governo Regional criou um projecto designado por Laboratório-Escola Móvel de Teatro, com funções formativas e segundo o Senhor Director Regional da Cultura *...de modo a que todos os grupos pudessem aperfeiçoar-se na estética teatral e nas performances*. Mas infelizmente isto não aconteceu nos cursos que decorreram no ano passado, em Ponta Delgada (Formação de Actores), na Horta (Criação e Manipulação de Marionetas) e Angra do Heroísmo (Desenho de Luzes) e isto porque, nem todos os grupos de teatro puderam participar por falta de conhecimento da existência daquelas acções de formação. A Direcção Regional da Cultura enviou um ofício a informar **alguns** grupos de teatro da existência dos cursos e respectiva ficha de inscrição e a outros não. Inclusivamente há grupos de teatro que nunca ouviram falar do Laboratório-Escola Móvel de Teatro. Agora nós perguntamos: porque é que uns grupos são informados das acções culturais promovidas pelo Governo e outros não? Agora nós perguntamos: porque é que uns são filhos e outros enteados? Além disso, as acções de formação promovidas por aquele Laboratório eram dirigidas no máximo, a 2 elementos de cada grupo, o que não está correcto nem tão pouco é viável. E isto porque cada vez mais é necessário haver polivalência nos grupos de teatro, devido à grande mobilidade dos seus elementos. A verdade é que muitos dos nossos grupos de teatro não estão contentes com as acções de formação realizadas pelo Laboratório-Escola Móvel de Teatro porque:

- O que realmente necessitam é de formação contínua dada por profissionais;

- O que realmente necessitam é de um técnico que acompanhe o trabalho do grupo, como já aconteceu há alguns anos atrás, em que uma técnica da Direcção Regional da Cultura acompanhava o trabalho grupo a grupo.

- Os nossos grupos de teatro o que realmente necessitam é que o seu trabalho seja reconhecido e, aquando da atribuição de apoios pela Direcção Regional da Cultura, haja discriminação positiva. Aqueles que mais e melhor trabalho fazem e apresentam ao longo do ano deveriam ser também os mais recompensados;

- O que realmente necessitam é que haja uma maior divulgação da Lei do Mecenato junto das várias empresas;

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo, mas a verdade é que nunca ninguém se preocupou em saber o que os nossos grupos de teatro realmente necessitam. Esta é que é a verdade. Inventam-se projectos, inventam-se acções com nomes pomposos, mas muitas das vezes inconsequentes na prática e descontextualizados das verdadeiras necessidades para quem são dirigidos.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo, para terminarmos, e a título de Post Scriptum, gostaríamos de referir que aquando da discussão do Plano e Orçamento, no passado mês de Novembro, na sequência de uma pergunta que formulámos ao Governo, o Senhor Presidente do Governo afirmou que *No primeiro trimestre do próximo ano chegarão aqui à Assembleia diplomas de revisão dos sistemas de apoio instituídos quer para as actividades culturais, consideradas relevantes, quer também na área do património em que essa legislação está a ser alterada para mais à frente voltar a afirmar que ...a primeira lei que a Região terá, desde sempre, e que constituirá um regime geral de arquivos e de património arquivístico regional. Essa Proposta de Decreto Legislativo Regional dará entrada nesta Assembleia Legislativa no próximo mês de Janeiro.* Agora perguntámos: Senhor Presidente o primeiro trimestre de 2006 já passou e conseqüentemente também, o mês de Janeiro já vai longe, então para quando o prometido por Vossa Excelência com tanta veemência? Será que o Senhor Presidente estaria a referir-se ao ano de 2007? Ou então ao ano de 2008, ano de eleições?